

A dimensão ética da palavra

FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA

Para Valentim Faccioli

RESUMO: Num mundo marcado pela violência e pela desintegração de valores, a palavra ainda pode servir de elemento para a constituição ética do indivíduo, em termos de autoconhecimento e de percepção do outro? Esta é a questão considerada no texto, a partir do comentário de alguns aspectos do filme *O carteiro e o poeta*.

UNITERMOS:

palavra,
valor,
conhecimento,
resistência,

O carteiro e o poeta.

Este breve percurso, que pretende apenas desenhar os contornos exteriores de um tema tão complexo como a dimensão ética da palavra, começa pela tentativa de evocar na lembrança as impressões de um filme que parece tratar explicitamente da palavra na sua função de produtora da integridade humana nos seus aspectos ético e histórico. Se é certo que a palavra se segue ao silêncio provocante do processo de transição das coisas às imagens, a nomeação destas imagens não é, no entanto, jamais apenas reiterativa: é sempre a instituição articulada de uma relação que a consciência pretendia desde o tempo do silêncio, como realização da posse transitória das coisas e de si mesmo almejada pelo discurso a partir da profundidade de sua pretensão ambígua de fixar na forma da significação o impacto primário da interiorização do mundo, da carga dos eventos que surpreende a subjetividade. E é este teor imprevisível da passagem do silêncio à palavra formadora do sujeito na sua integridade íntima, ética e histórica que nos é mostrado como processo afetivo do encontro de si e do outro no filme *O carteiro e o poeta*.

A palavra é primeiramente a transgressão do silêncio. A cena da conversa com o pai, em que Mario justifica pela primeira vez a sua recusa de integrar-se na tradição da ilha, ou seja, tornar-se pescador, utilizando como

Aula inaugural do Departamento de Filosofia, proferida em 29/2/96.

Professor do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP

pretexto o comentário da situação dos irmãos que emigraram para a América, é na verdade um monólogo duplamente transgressor: do silêncio do pai e da recusa do ofício. Tanto é assim que o emprego de carteiro aparece como uma reparação da transgressão, imediatamente motivada pela censura do pai quanto à ociosidade de Mario. Mas esta palavra transgressora do cotidiano se encontrará então com uma outra palavra, que também se constrói na experiência da transgressão nos planos da linguagem e da política, a palavra do poeta exilado. Toda a narrativa se construirá seguindo o eixo desta intimidade latente entre dois sentidos de exílio: o estranhamento espontâneo de Mario em relação ao seu meio, de um lado, e a punição do poeta pela sua palavra comprometida, de outro. A revelação da palavra como transgressão política se dá quando o poeta, por ocasião do recebimento de uma fita de seus companheiros chilenos, narra ao carteiro o nascimento da palavra comprometida com o sofrimento, a origem do *Canto geral*. E a revelação da transgressão lingüística ocorre quando o poeta explica a Mario que a metáfora é a linguagem da poesia, e principalmente quando acrescenta que a explicação da metáfora é inútil e indevida, por fazer com que a poesia regrida à banalidade. O duplo compromisso da palavra poética, com a transfiguração do sentido e com a tarefa de tornar poesia o clamor do sofrimento humano, aparece na forma da transgressão, como se a gênese da palavra autêntica dependesse sempre da recusa do significado dado e da história dada. Mas estes exemplos só calam no carteiro porque nele já existe uma primeira recusa, a sua própria transgressão do silêncio. A recusa fundamental e a metáfora originária dizem respeito a este primeiro ato de construção do Eu ou de encontro de si: assim como a metáfora é transferência de significação da inércia da linguagem prática para o ensaio criador que rompe o limite do utilitarismo da palavra, assim também o fundamento da transgressão do limite é a liberação da subjetividade que se confunde com o encontro de si. Neste processo de ressignificação a palavra é muito mais do que instrumento: é o *medium* formador da visão do mundo, é o abandono da percepção cega e o achado da trama interna da linguagem que revela a negatividade do real e a positividade da utopia. Da necessidade de uma palavra que apenas substitui o silêncio à liberdade das significações contingentes, a expansão da consciência ocorrerá não apenas em termos de latitude descritiva das coisas, mas sobretudo como flexibilidade significativa que aprofunda o valor expressivo da linguagem. Será o peso da relação entre palavra e liberdade que fundamentará o compromisso de identificação entre o homem e a palavra, cuja assunção envolve um risco que é proporcional à transgressão que a palavra opera. A morte de Mario será o testemunho maior desta dimensão transgressora.

A palavra, por ser transgressora, transforma. Em primeiro lugar, no nível do processo afetivo da história pessoal e interior. Daí a íntima conexão entre a palavra e a paixão, seja naquilo que ela produz no amante, seja naquilo que ela desperta no ser amado. Por isto a palavra mostra-se essencialmente como requisito da realização do amor: Mario se compreende na expressão

emprestada do amor que sente por Beatriz, e esta somente corresponde ao amor que lhe é devotado a partir das palavras que ao mesmo tempo a descrevem e descrevem o amor de quem as profere. Porque Beatriz o ama amando as palavras que ele fala, muito embora tais palavras não sejam de Mario, mas do poeta. A relação de exterioridade que existiria em princípio entre as palavras e quem as dizia é amplamente compensada pela verdade intrínseca da palavra poética, atestada na fala da tia de Beatriz: a poesia não mente, e o efeito da palavra poética transcende o seu criador. O outro sentido da transformação operada pela palavra aborta no limiar da ação histórica e no nível da proficiência política da linguagem. Por isto, neste plano, os resultados do dizer são o exílio do poeta e a morte de Mario. Importa observar que não há qualquer separação entre o processo afetivo do encontro de si e do encontro do amor através da palavra, de um lado, e a face política da palavra. É sugestivo, quanto a isto, que Mario morre numa manifestação na qual o seu ato político seria dizer uma poesia. Este fato estabelece uma continuidade entre o encontro de si e o encontro da história, entre a construção do sentido do si mesmo e a esperança na transformação histórica. Na cena da repressão aos manifestantes, a personagem direta é a folha em que estava escrito o poema, é ela que alude à morte como interrupção da palavra, como separação entre o homem e a sua palavra. Quando Beatriz narra ao poeta a morte do marido, o que ressalta, na linha de continuidade que mencionamos há pouco, é a relação entre o processo afetivo que ligava o carteiro ao poeta e o compromisso ético-político com a palavra. É pelo poeta, pela causa, por si mesmo, pelas idéias que lhe são quase desconhecidas, pelos seus compatriotas explorados, pela sua ilha que o carteiro morre, e todos estes motivos estão intimamente entrelaçados, no mesmo amálgama que na poesia une o amor e a indignação, a dor e a beleza. Seria ocioso tentar descobrir o motivo de sua participação buscando-o em alguma perspectiva mais firme de uma consciência política subitamente esclarecida. Na verdade, a palavra encerra todas as descobertas, ela contém o amor, a vida, a história, a esperança, a amizade, a crítica, a revolta, a solidariedade. Isto não significa que ela proporciona um aprendizado, no sentido comum do termo. A relação entre o carteiro e o poeta não é mediada por qualquer forma de pedagogia. Se quisermos falar de aprendizado, teremos de dizer que Mario aprende consigo e a partir de si mesmo. De alguma maneira a palavra torna-o aquilo que ele já era. Por isto ele não precisa ser o homem “esclarecido”, iluminado pela racionalidade política. A palavra o faz, atualizando a integridade humana latente na sua espontaneidade, no caráter primário de suas recusas e de suas opções. A palavra o faz, a palavra o toma. No recitativo aparentemente mecânico com que diz a Beatriz as palavras que aprendeu do poeta aparece, cenicamente, a primazia da palavra sobre quem a diz, quase como uma transmissão oracular. Por isto o sentido que de sua fala emana, e que chega a Beatriz, salta por cima das etapas semântico-analíticas e é apreendido na originalidade intencional de palavras que são ditas pela primeira vez. É como se as palavras se apropriassem dele quando delas ele se apropria. E esta

intensidade é proporcional ao tempo de silêncio, à longa privação da palavra, que se revela então não simplesmente carência, mas gestação. Daí o poder quase palpável, e a força de transformação que a palavra encerra na sua realidade ainda não desgastada pela inércia do uso. Daí também o privilégio da palavra poética, que revela a invenção significativa fazendo brotar a diferença a partir do mesmo, a metáfora como a surpresa que as velhas palavras escondem. De tudo isto se infere que a palavra é essencialmente *portadora*: o sentido não é apenas meio de inteligência, mas força produtora. Portadora, o que a palavra traz?

O poeta revela a Mario aquilo de que se fez portador pela palavra, ao narrar o episódio do encontro com os habitantes do inferno, as minas de cobre do Chile. Onde quer que fosse, deveria falar daquele sofrimento. O que passa através da palavra? Qual a força que sustenta a elaboração das metáforas com que se constrói a poesia? O que torna a metáfora transparente ao sentimento a partir de sua própria opacidade ao entendimento? Todas estas questões se resumem na pergunta inesperada: que devo fazer para me tornar um poeta? A ausência de resposta não se deve apenas à impossibilidade explicativa, ou à inefabilidade daquilo que faz o poeta. Deve-se a que a resposta já está dada como pressuposto da pergunta. A poesia já habita aquele que a deseja. O encontro com a palavra poética será, entretanto, a descoberta de que o sentido da palavra identifica-se com o seu valor. O que vale a metáfora poética? Vale o que nos faz apreender sentimentalmente acerca do amor e do sofrimento. Por isto o poeta cumpre historicamente o destino lírico: fala do sofrimento causado pela opressão, tema do *Canto geral*. A narração do sofrimento é por si mesma uma tarefa grandiosa, para o cumprimento da qual há que se mergulhar no mistério pelo qual a poesia recria liricamente a história. No entanto, não parte da descrição nem pretende chegar a ela. A palavra poética jamais nomeia com neutralidade, porque a intencionalidade lírica produtora de metáforas é inevitavelmente comprometida - ainda que seja com a emulação do *status quo*, como no caso do poeta preferido do político conservador, D'Annunzio. Por isto a palavra poética não se subordina àquilo que descreve, pois no compromisso que a sustenta está inscrita a transfiguração, que no caso se traduz em transgressão e transformação. Neste sentido, a descoberta da força produtora da palavra é a compreensão de que ela se iguala ao que é, deixando transparecer na relação significativa que aquilo que é torna-se também valor ao se incorporar no universo humano. É a identificação entre o sentido e o valor que torna impossível a neutralidade da palavra.

Então, se o *falar de* não remete a palavra à pura transcrição simbólica do que simplesmente existe, há algo que sustenta a palavra num estágio anterior ao processo de consolidação do significado. A palavra é sustentada por aquilo que ela constantemente reitera: a integridade ética da fala que intervém no mundo. Se *falar de* é igualar a palavra ao que é e nomear valorativamente o que é, a força produtora da palavra implica a construção da realidade, como está inscrito no alcance da relação *poiesis*/poesia. A poesia

nomeia a realidade através da construção de um sentido que é valor. Por isto a palavra, ao dizer, julga, e não é possível a relação neutra com o referente: não é possível falar com indiferença da falta de água e do preço dos peixes, dois episódios que ilustram no filme o compromisso da palavra com a história vivida. O que é sofre uma transmutação axiológica quando passa a habitar a palavra, há sempre uma mediação ética e a naturalidade da coisa perde-se irremediavelmente na significação. Daí a insuficiência de se considerar apenas a causalidade eficiente do significante; a intencionalidade significativa corporifica na palavra a finalidade a partir da qual ela é dita, a direção da transgressão e da transformação. Tal finalidade está expressa no próprio caráter abortado de que se reveste, na cena da folha em que está escrita a poesia de Mario, vagando abandonada e *sem direção* em meio ao tumulto da repressão. Quanto a isto há que se assinalar o contraste profundo entre as cenas iniciais do noticiário, em que a palavra descaracterizada e midiática *descreve* a chegada do poeta à Itália, banalizando o exílio e suas causas histórico-políticas, e as últimas cenas, caracterizadas pelo silêncio da palavra cuja finalidade foi abortada: a folha perdida que relegará a palavra ao esquecimento, e o passeio do poeta na praia que teria a função de inspirar as metáforas e tornada agora apenas moldura do silêncio. O que põe em questão a *causa* da palavra, o que a move e aquilo a que se destina, o que a desperta e a instância última do seu objetivo. Questão que certamente não seria aprofundada se a tratássemos apenas nos termos da função comunicativa estereotipada na exterioridade da relação significativa. A transitividade da *expressão* só se realiza quando a palavra *impressiona*, além ou aquém da inteligibilidade funcional do jogo da linguagem. Por isto a metáfora proporciona a corporificação que permite a densidade afetiva, como no exemplo do poeta: o céu chora, ou, mais ainda, naquilo que o filme mostra como o fio condutor da narrativa: a comunhão simpática e incompreensível entre o poeta e aquele que traz em si a poesia. Talvez o episódio que marca mais profundamente a imanência da expressividade seja a gravação que Mario pretende enviar ao poeta: o vento, o mar, as redes de pesca, o coração do filho e, sobretudo, o céu sobre a ilha. Como tudo é metáfora de tudo, já havia dito Mario, a expressão direta da natureza a faz falar de si mesma, antes que o poeta fale da natureza. Mais do que isto: a audição da natureza é a gênese da poesia, é a gênese da palavra, pois não se trata simplesmente da natureza em si, mas daquela que o poeta mostrou a ele, quando contrastou a miséria e a passividade dos habitantes com a beleza da ilha, indicando que a apreensão humana da beleza se sustenta na dignidade com que o homem se apreende a si mesmo. Por isto é esta a poesia que ele deve mostrar ao poeta. E a naturalidade com que ele aponta o microfone para o céu é profundamente significativa da crença na poesia e no poeta. Pois se o poeta não pudesse ouvir o céu, como o transformaria em palavras?

Somos postos assim diante de uma concepção da palavra, segundo a qual ela transtorna a realidade e subverte a história. Se ampliarmos a questão para além do caso particular do poeta de que trata o filme e da relação

singular entre o poeta e o carteiro, o fundo da narrativa a que seríamos conduzidos seria talvez a relação entre o homem e a palavra. O dizer que transtorna e que transforma continuaria presente como lastro desta relação neste plano mais geral? Se associássemos a esta pergunta o problema referente ao *propósito* da palavra poderíamos encontrar em Aristóteles elementos para pensar a questão. Com efeito, na *Arte retórica*, lemos: “A Retórica é útil porque o verdadeiro e o justo valem naturalmente mais do que os seus contrários. Donde resulta que, se os julgamentos não forem feitos como convém, o verdadeiro e o justo serão necessariamente sacrificados, resultado censurável” (Aristóteles, 1944, I, IV, 12). O que Aristóteles enuncia vale como um princípio, não no sentido da ciência, mas no sentido do fazer e da conduta, já que a retórica é uma arte. A utilidade da retórica consiste em fornecer os meios para persuadir do que é justo e verdadeiro, muito embora não seja a própria retórica que forneça os meios para discernir o que é justo e verdadeiro. Esta diferença entre persuadir e discernir nos coloca diretamente diante do problema do emprego da palavra. A retórica em si mesma pode a princípio persuadir do que é injusto e falso, e é útil para o orador possuir a habilidade para argumentar inclusive contra si mesmo, pois é isto que o habilitará a vencer a discussão com outro. Mas esta neutralidade técnica da retórica contrapõe-se a uma censura da indiferença moral. “Enfim, é preciso estar à altura de persuadir do contrário de nossa proposição, do mesmo modo que nos silogismos lógicos, não para nos entregarmos indiferentemente às duas operações – pois não devemos persuadir do que é imoral – mas para ver claro na questão e para estarmos à altura de reduzir por nós mesmos a nada a argumentação de um outro, caso este não respeite a justiça em seu discurso” (Aristóteles, 1944, I, IV, 12). Argumentar pró e contra é útil como desenvolvimento de habilidade técnica para que se possa refutar argumentos. Mas esta habilidade formal tem um propósito, que escapa à indiferença formal da técnica argumentativa. A habilidade deve ser usada para refutar aquele cujo discurso fere a justiça. A relação entre retórica e ética aparece então com clareza, pelo menos nestes textos, muito embora a motivação do estabelecimento desta relação esteja na neutralidade técnica da retórica. A necessidade de estabelecer uma relação de exterioridade entre as duas formas de saber prende-se ao contexto político que é a última instância de compreensão da retórica. Daí a analogia com os bens, que podem ser usados de maneira justa ou de maneira indevida, sem que por isto sejam em si mesmos condenáveis. “Poder-se-ia objetar que o uso injusto de semelhante faculdade de palavra pode causar grandes prejuízos; mas este inconveniente é comum a todos os bens, com exceção da virtude, até particularmente aos mais úteis, como a força, a saúde, a riqueza, a arte militar” (Aristóteles, 1944, I, IV, 13). A dimensão ético-política regula o uso da “faculdade de palavra”, cuja finalidade é a utilidade cívica na forma do estabelecimento das melhores condições para que ocorram os melhores julgamentos, isto é, para que a justiça e a verdade prevaleçam. Neste sentido a persuasão possui um propósito que atua como causa final no emprego da

habilidade técnica de quem faz o uso oratório da palavra. O impacto da palavra está inscrito na dimensão disposicional a ser criada no ouvinte, um dos meios de persuasão; mas este meio vincula-se a um outro, que Aristóteles enuncia em primeiro lugar: o caráter moral do orador. “Muito errônea é a afirmação de certos autores de artes oratórias, segundo os quais a honestidade do orador não contribuiria em nada para a persuasão do discurso. Bem ao contrário, o caráter moral deste constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência” (Aristóteles, 1944, II, II, 4). Há mesmo uma relação entre a honestidade do orador e a disposição criada no ouvinte, uma vez que a qualidade da paixão suscitada no ouvinte (naqueles que julgarão) depende, ao menos em parte, daquilo que o orador os faz sentir acerca dele mesmo. A combinatória entre a honestidade do orador, a disposição passional criada no ouvinte e a demonstração argumentativa propriamente dita não está isenta de uma linha criteriológica que amarra a utilização dos meios às finalidades da retórica, ou à sua “utilidade” para a apresentação do verdadeiro e do justo na argumentação moralmente justificada. O compromisso com a justiça, o impacto na sensibilidade e a argumentação demonstrativa colocam em equilíbrio os aspectos da complexidade da palavra, quando esta se destina a nos fazer compreender o universo das coisas humanas e nele agir. Se a verdade humana não se separa das oscilações da alma, é necessário que ela brote da contingência em que mergulham as condições dos nossos juízos para que corresponda à realidade originária da inelutável desordem do mundo dos homens, que a palavra busca expressar na transcendência da sua configuração significativa. A palavra que procura dar a compreender a ética ao sábio, a política ao político, a história àquele que a faz não busca superar a contingência, mas construir, nela, um abrigo que nos preserve da *hybris*. É nesta perspectiva que assume relevância o compromisso de quem emite a palavra, figurado na intencionalidade eticamente agregadora do mundo humano que deve compor o emprego da faculdade da palavra.

Os meios de persuasão são utilizados para afirmar aquilo que o orador defende e também para se contrapor àquele “que não respeitasse a justiça no seu discurso” (Aristóteles, 1944, I, IV, 12). Esta negatividade inscrita na função da palavra nos faz reencontrar indiretamente os temas mencionados na primeira parte desta exposição. A faculdade da palavra eticamente regulada não instaura a justiça e não desvela epistemicamente a verdade, mas apresenta o justo e o verdadeiro no encadeamento persuasivo do discurso, que se torna assim o modo pelo qual a contingência humana incorpora de alguma maneira a ordem transcendente das formas e dos valores, recompostos na esfera da imprevisibilidade dos atos humanos. A eficácia deste *logos* que não pode contar com a segurança da necessidade analítica e metafísica dependerá do equilíbrio entre o indivíduo e a comunidade ético-política na qual está inserido. A efetividade desta relação é que confere papel positivo à retórica, e faz com que a palavra possua força produtora de realidade prática. Assim, quando o teor ético da relação comunitária entra em processo de dissolução,

desaparece a identificação entre sentido e valor, e a palavra decai para a dimensão físico-inerte da naturalidade e do estímulo associativo. O registro imediato da nomeação utilitária é tudo que resta à linguagem. Em épocas caracterizadas por tal estado de indigência moral, a ativação da dimensão axiológica da palavra aparece como transgressão da atualidade: não só a palavra poética, mas toda palavra autêntica aparece como resistência.

Esta resistência enfrenta primeiramente a banalização da palavra, cuja causa profunda poderia ser encontrada na separação entre ética e cultura. A integridade ética do sujeito depende de referências que o imanentismo e a dessacralização do mundo destruíram. O esvaziamento ético do mundo corta a possibilidade de fundamentar a ação numa racionalidade prática específica; a prática torna-se apenas o campo de aplicação da razão técnica e instrumental. Tem portanto o seu perfil próprio dissolvido no imediatismo da satisfação racional das necessidades, à qual se aplica a razão industriosa. Desta maneira, a organização das relações intersubjetivas já não se ordena ao valor da intersubjetividade, pois a integridade mesma do sujeito foi rompida pela impossibilidade de sua relação com a totalidade. Assim a compreensão autêntica, nos seus eixos totalizador e comunitário, torna-se impossível. Por isto a palavra já não remete a um contexto de ação histórica, mas a um quadro de passividade em que ela é recebida a partir de um sentido extrínseco ao interesse do sujeito, consumida como um produto de cuja gênese não participamos. A vitória ideológica da produção anônima obscurece o processo de produção de sentido, e perde-se qualquer liame entre representação e liberdade, contrariando, na sua intenção explícita pelo menos, o projeto originário da modernidade. A nomeação já não é mais contemporânea do ato criador, e a imposição anônima do sentido apenas reitera a forma de código que vai assumindo cada vez mais a nossa maneira de nos referirmos às coisas e aos outros. Não é surpreendente que neste contexto a anatomia da linguagem passasse a ter a importância que hoje se lhe atribui. No entanto, a conseqüência mais sugestiva talvez apareça na tendência da literatura a falar de si mesma, que observamos desde a segunda metade do século XIX, tanto nos casos em que a poesia se torna o tema do poema quanto nas experiências de minimalização do conteúdo narrativo no romance. Considera-se que seja este fenômeno uma alternativa de resistência num mundo em que a lírica e a narrativa perderam o poder da designação criativa. “A poesia, reprimida, enxotada, avulsa de qualquer contexto, fecha-se em um autismo altivo; e só pensa em si, e fala de seus códigos mais secretos e expõe a nu o esqueleto a que a reduziram; enlouquecida, faz de Narciso o último deus” (Bosi, 1977, p. 143). A relação entre narcisismo e consideração da linguagem como código indica a profunda separação entre a linguagem e a nomeação originária, o que seria quase o mesmo que dizer entre a linguagem e si própria, separação que se revela no autismo literário de certas tendências modernas. Ao isolar-se, tornando-se objeto de si mesma, a linguagem literária busca salvar a palavra da banalização que o objetivismo técnico da racionalidade comunicativa

acarreta na contemporaneidade.

Mas há um outro aspecto da resistência que procura, talvez de forma mais efetiva, alguma possibilidade de liberação da palavra. A ausência de efetividade ética nas relações intersubjetivas faz com que apareçam como, mitos possibilidades históricas recalcadas pelo trabalho da ideologia. Aqui, *mito* adquire a mais banal de suas significações, a de procedimento explicativo pré-racional que proporciona a assimilação da situação humana e de seu contexto ao ideário que rege a vida histórica. Quando as possibilidades de futuro, no que concerne à transformação histórica, são nomeadas como mitos, no sentido mencionado, a justificação do presente mostra-se como a única atitude dotada de racionalidade. E assim, prolongar o presente e aprofundar suas tendências, num processo de atualização reiterativa sem diferenças, seria a única forma de dar continuidade à falsa positividade que é nomeada como progresso. É desta forma que a liberdade que se manifestaria nas rupturas possibilitadas pela temporalização e pelo livre assumir da herança histórica tem decretada a sua impossibilidade ou o seu *non-sense*. Entretanto, há um outro sentido de mito, aquele em que a incorporação da memória na compreensão crítica do presente libera o sentido positivo da temporalidade. Nesta acepção o mito nunca é uma cópia de um registro no passado; é sempre meio de expressão de algo a que se aspira no presente. O sentido amplo da temporalidade não combina com o tempo vetorial, tampouco com o puro retorno cíclico eventualmente desejado em termos de simples nostalgia. A vivência de dois tempos, o histórico-progressivo, tempo do desenvolvimento, e o tempo da memória que constrói as diferenças na medida em que o presente é provocado pelo passado, constitui a especificidade da temporalidade humana, em que o presente remete a uma abertura anterior indefinida e constante objeto de decifração. No cruzamento destes dois tempos é que o mito aparece como operador de compreensão do sentido temporal do presente, que não se esgota numa cronologia descontínua. “O tempo vetorial, que passa do inconsciente à consciência, o ‘desenvolvimento’ de Hegel, a passagem da pré-história à história de Marx, coexiste e cruza com o tempo cíclico no qual o mesmo inconsciente recobra periodicamente a sua força e a sua voz. Nada se perde nesta *concordia discors*. Ao contrário, algo de novo parece que surge: a consciência tem, no mundo moderno, a ciência daquela dualidade de tempos” (Bosi, 1977, p. 158). Este tipo de relação com o passado, em que a memória funciona como operador de compreensão crítica, não desfruta de prestígio na modernidade mais recente, por compor-se mal com a ideologia do progresso contínuo e da auto-suficiência do presente. Esta oposição atinge o limite quando pensamos na diferença entre a palavra mitopoética e o termo reificado com que designamos imediatamente as coisas e – o que é ainda pior – certas idéias que devem passar como slogans em palavras desprovidas de qualquer densidade interna. O esquecimento da história das palavras é condição primária da mistificação. Esta é a razão pela qual a linguagem “política” a que estamos habituados constitui-se quase exclusivamente de clichês ape-

nas reiteradores de estímulos sonoros e visuais que remetem a sentidos estereotipados e desvinculados de um contexto social interativo. O esquecimento da história das palavras está inscrito numa dimensão mais ampla de recusa da memória como sustentáculo da temporalidade histórica. Aí situa-se também a causa da recusa do mito enquanto arquétipo do passado e referência interna da constituição da história. O contraponto destas recusas é a justificação do presente na sua atualidade isolada. A remissão ao passado é vista como atitude conservadora e romântica, portanto reacionária. O que ressalta neste estigma é a indiferença da nossa época à sua própria perda de substância ética e histórica. Se este diagnóstico é correto e se a ele chegamos por meio de referências a tempos passados, isto não significa um simples culto ao passado, mas uma leitura crítica do processo histórico. A este respeito são decisivas as palavras de Alfredo Bosi: “A saudade de tempos mais humanos nunca é reacionária [...]. Reacionária é a justificação do mal em qualquer tempo. Reacionário é o olhar cúmplice da opressão. Mas o que move os sentimentos e aquece o gesto ritual é sempre um valor[...]” (Bosi, 1977, p. 153). Se a palavra puder retirar da memória algo que contribua para o resgate da compreensão histórica da gênese de nós mesmos, ela cumprirá a função axiológica que o processo de dissolução ética da contemporaneidade impede o nosso presente histórico de cumprir. E nisto consiste a relação entre memória e resistência. A memória institui o lugar a partir do qual se gera a interrogação que delinea o campo de nossas perplexidades.

Palavra: memória e resistência. Teria sido uma identificação entre verdade e história o fundamento do processo que produziu uma situação somente interpelada por uma palavra que resiste a este próprio resultado? Se não pudéssemos questionar a verdade da história, de onde surgiria a palavra resistente? Se não houvesse um outro lugar de onde o falar se constitui contra os códigos alienantes da linguagem plana e planificada, como seria possível a resistência? Ela nos mostra, ainda que indiretamente, que a palavra encerra possibilidades não inteiramente aprisionadas nos limites da reificação e do tecnicismo. É possível proferir a verdade contra a história presente, mesmo que esta oposição não escape inteiramente às condições de expressão próprias da indigência histórica do nosso tempo. O autismo da linguagem poética e o esvaziamento da narrativa, a que já nos referimos, são ilustrações de uma atitude ensimesmada de contestação. O peso da história produz a contradição inscrita no protesto auto-referente e por vezes quase mudo. Mas a ação histórica que contesta a verdade da história se dá no âmbito da contradição. Por isto a palavra se volta para dentro de si mesma quando a transgressão da linguagem não produz o efeito liberador da consciência, quando já nem mesmo a poesia em voz alta consegue se fazer ouvir, e o poeta se vê compelido a reconstruir na esfera da subjetividade a expressão das possibilidades históricas que não encontram eco no mundo que o rodeia¹. A vocação histórica da palavra poética está na identificação das referências universais do sentimento, expressas na particularidade de cada língua e de cada repertório cultural e afetivo. E isto

¹ “A responsabilidade social do poeta se dá, antes de tudo, em relação à sua língua. Ao exprimir o que outras pessoas sentem, também ele está modificando seu sentimento ao torná-lo mais consciente. Ele está tornando as pessoas mais conscientes daquilo que já sentem e, por conseguinte, ensinando-lhes algo sobre si próprias” (Lima, 1995, p. 85).

é apenas o limite da vocação de toda palavra expressiva. Quando esta expressão não logra reconstituir o tempo humano da comunhão poética, constata-se o fracasso da palavra na sua reverberação histórica e social. A resistência é também então, forçoso reconhecê-lo, a palavra acuada, enxotada, expulsa e avulsa, de que fala Bosi. É o esvaziamento da dimensão eticamente agregadora da palavra que corta o vínculo entre poesia e realidade humana e entre narrativa e história.

A possibilidade da palavra se institui no enfrentamento destas impossibilidades, e é de modo um tanto esquivo que ela cumpre historicamente o seu modo possível de existir. Para subsistir numa cultura que requer o seu sepultamento sob a banalização dos estereótipos que dispensam a função nominativa do mundo, a palavra fará da necessidade virtude, isto é, exacerbará o regime reflexivo que se torna signo da transitividade impossível². Neste sentido a introspecção não pode mais ser considerada como o impulso interior de uma apreensão livre das coisas, de um *falar de* que se estruturasse sobre o equilíbrio entre a impressão e a expressão. Opera-se uma cisão entre os elementos que deveriam estar em continuidade e a linguagem reveste-se de um teor dramático caracterizado pela divisão irreversível entre o dizer e o que é dito. A recusa da narrativa não é uma opção estética. É o recolhimento, a incorporação de uma impossibilidade histórico-cultural, e reflete um processo de intimidação da palavra, de diminuição de seu alcance e da perda de seu poder de ordenar a praxis. O mundo deixa de ser dizível porque a palavra já não porta em si a possibilidade de conferir, pelo sentido, valor ao ato de dizer, e de imprimir este valor na doação de sentido. A palavra despojada de valor é ameaçada pelo silêncio, não o silêncio da gestação do discurso, mas o silêncio inconsciente de sua própria negatividade e vazio das expectativas de sua própria superação. Este despojamento se reflete na ausência do sentimento de posse por parte daquele que detém a palavra, seja o escritor, seja o filósofo. Possuir a palavra não é estar de posse de algo que real e singularmente exista no mundo, isto é, produza efeitos: a palavra está distante da ação na mesma medida em que o valor está distante da realidade prática. A impossibilidade de emitir verdadeiramente e de receber verdadeiramente - a impossibilidade de falar e de ouvir - acarreta a perda da identidade moral, se consideramos a palavra na perspectiva do sentido e do valor. Por isto a pseudo-existência da palavra - a existência da palavra banalizada - repercute na impossibilidade de construção de um vínculo efetivo entre as esferas da existência, cada uma delas irremediavelmente marcada por uma insuficiência que advém do seu próprio isolamento. Pois a palavra agregaria os modos de participação em tudo que diz respeito à realidade humana³.

E assim reencontramos, mas agora bem mais carregada de negatividade, a concepção da palavra como transgressão do silêncio. Mas também somos capazes de ver que não se trata mais do silêncio que antecede a palavra, mas daquele que a corta, com violência, antes mesmo que ela venha a existir. E é esta relação entre silêncio e violência que confere a específica

² Benedito Nunes aponta de forma exemplar esta tendência na obra de Clarice Lispector. Na tentativa de transcender a esfera pessoal e atingir um universo que transborde a subjetividade, a narração exagera a expressão da reflexividade, criando o equívoco de um Eu que se nomeia a partir de um lugar exterior a ele mesmo, de alguma maneira duplicando a flexão indicadora do si-mesmo. "Mas para quem narrar é sempre narrar-se, essa palavra mínima de uma única letra (é), submete-se ao regime reflexivo do si mesmo, indicando, em vez da apropriação subjetiva, a pertença ao âmago impessoal que transborda do pessoal". O texto comentado por B. Nunes inicia-se com a expressão "Sou-me" (Nunes, 1989, p. 158).

³ Ainda aqui a análise que B. Nunes faz da obra de Clarice Lispector ilumina o problema geral da dimensão ético-existencial da palavra. "Na concepção do mundo de Clarice

dimensão de realidade à transgressão e à resistência. Pois a palavra que vive unicamente de sua introjeção no discurso, transgride e resiste numa clandestinidade que é fim em si mesma. Poderia esta palavra abrir-se para o confronto com a lógica violenta das significações dominantes? Estaria condenada à contradição de uma resistência sem confronto? Questão evidentemente difícil e para a qual seria bom que não houvesse resposta definitiva. Entretanto, a própria consideração da profundidade da crise a que vimos aludindo e a maneira como ela vem sendo simbolicamente trabalhada pelos autores contemporâneos parecem indicar a extrema dificuldade da consideração do diálogo como possibilidade histórica. Uma dificuldade que deriva da oposição absoluta entre o discurso e a violência, tal como é afirmada, por exemplo, por Paul Ricoeur: “Tal é, inelutavelmente, nosso ponto de partida: violência e linguagem medem do início ao fim todo o campo do seu percurso, como dois contrários exatamente ajustados a toda a extensão do outro. [...] Não se deve nunca deixar de considerar como simples verdade formal, ainda que vazia, o que foi nosso ponto de partida, a saber, que o discurso e a violência são os contrários mais fundamentais da existência humana” (Ricoeur, 1995, p. 60-67). Esta oposição absoluta não impede que a violência fale. Aí se localiza a possibilidade, já apontada por Aristóteles na *Arte retórica*, da palavra que persuade à injustiça. No limite, a tirania faz uso da palavra para exercer a força, para promover a violência ao estatuto de valor. Aparece então o que Ricoeur chama de “jogo turvo entre o sentido e a violência”, que subverte a identificação a que já aludimos entre sentido e valor. Quando a violência invade o território da palavra, seríamos tentados a considerar, talvez com um otimismo excessivo a que não escapa Ricoeur, que a discussão está travada, que o exercício da violência deixa de ser inteiramente possível quando se aceita a palavra, pois aquele que concorda em falar tem que depor a sua arma. Mas a violência se associa à palavra exatamente para não renunciar a si própria, para utilizar a palavra num quadro de impostura que disfarça a violência mas não a suprime. “Essa palavra [impostura] imediatamente descobre todo um mundo tenebroso de palavras falsificadas que fazem da linguagem o verbo da violência. Tínhamos partido da antítese, nítida e clara, do discurso e da violência, e eis que, sobre o fundo dessa oposição formal e sempre invisível na sua própria ordem, destaca-se a frase: ‘a violência fala’” (Ricoeur, 1995, p. 61). É a possibilidade deste enfrentamento dentro da linguagem que fundamenta a constituição do sentido pelo valor. Pois o discurso da violência pode ser coerente e aliciante, sedutor e persuasivo, e não será a anatomia da linguagem que descobrirá o terror sob a capa do sentido. O mascaramento indefinido da violência joga com a inércia dos termos e com o adormecimento das significações. A virulência retórica não pode se deter na palavra refletida, não pode descobrir a face interna da palavra, não pode dar tempo àquele que ouve para pensar, pois esta mediação destruiria a eficácia do estímulo e abriria o intervalo de liberdade que faz com que tornemos nossas as palavras, antes de darmos a elas a nossa anuência. O discurso da violência supõe o interlocutor

Lispector, a liberdade é uma potência negativa. Nostalgia de Deus como nostalgia de nós mesmos, impele-nos, através do desejo de ser que se requeima na paixão da existência, na direção deste *outro*, a nós oposto tanto nas coisas quanto no desdobramento do eu desagregado, e que também somos nós. [...]. A esta mesma perspectiva se ajusta a acepção equívoca da própria idéia de *existência* na obra de Clarice Lispector, ora atribuída à realidade irreduzível, mas insuficiente, do sujeito humano, ora à realidade auto-suficiente, mas não humana, do ser [...]. Mas a equivocidade da idéia acompanha [...] o descentramento do sujeito, a perda de sua autonomia substancial, de sua identidade espiritual” (Nunes, 1989, p. 127).

despossuído, frágil, confuso e não senhor de suas próprias esperanças. A palavra que elege a injustiça como solo de sentido não pode encontrar lugar de expansão na subjetividade autônoma. Por isto o discurso violento se vale da repetição, da reiteração de slogans, da coerência formal, do argumento descontextualizado, da seqüência mecânica de idéias feitas. Desta maneira impede que o sentido se construa na interatividade dos agentes da fala, na tensão das subjetividades interpretantes. Mas estas características do uso violento da palavra nos levam a entender que a violência é paralela à banalização da linguagem. É a palavra decaída em código estimulador da conduta e do pensamento que destrói a dinâmica da interlocução e torna esdrúxula a relação entre liberdade e sentido, entre valor e construção das significações. A palavra banalizada se institui como secundária e subsidiária de uma outra cujo sentido imposto ela apenas reitera passivamente. O limite desta confluência entre violência e banalização é a servidão do pensamento aos códigos exteriores de aferição do sentido e de moralização da linguagem. Desta maneira se anulam todas as possibilidades de expressão como exteriorização da interioridade, e o diálogo intersubjetivo torna-se um jogo de rebatimentos de termos codificados. Daí o caráter longínquo e duvidoso do diálogo como possibilidade histórica de resgate da autonomia e da integridade ética. Talvez por isto o que Bosi chamou de autismo da linguagem literária contemporânea possa ser entendido como a solidão da palavra enquanto última instância possível da referência ética do dizer. Que a única maneira de religar a palavra ao valor do seu sentido esteja na auto-referência da fala e da escrita à sua própria consumação sinaliza para a antítese da esperança no poder iluminador do logos: o recolhimento do verbo à sombra da subjetividade que tenta escapar da barbárie rendendo-se à sua ameaça.

Diante de tudo isto, qual o sentido da transgressão e da resistência? Talvez a resposta seja que são estas as únicas formas de compromisso que pode assumir aquele que faz da palavra o meio de reinventar permanentemente o mundo. E este meio corresponde à finalidade da palavra, mesmo que a reinvenção do humano fatalmente se choque com a opacidade e a violência. O que sustenta o poeta na solidão do exílio – e a poesia é, na modernidade, sempre a palavra exilada – é a comunhão profunda com todas as fraquezas que os homens recalçaram, com todas as renúncias que praticaram para alimentar as ilusões da eficiência, do progresso e da dominação. Então o poeta recorda e tenta fazer recordar⁴, mesmo quando a memória já está habitada pela recusa do reencontro daquilo que oculta. Por isto o poeta pressente o alcance daquilo que reencontra no encontro com Mario. Pois não é da memória de Mario que surgirá o desejo de poesia e a expectativa da palavra. É uma espera humana que o poeta vem atender. É a memória humana que ele tenta despertar, para além das lembranças pesadas das desventuras históricas. Ele entrega o caderno, transmite a missão. E se a aventura da palavra se torna a desventura do homem é porque as opções humanas não mais permitem que a palavra preencha o vazio que isola os homens.

⁴ “Re(cor)dar a natureza é, etimologicamente, repô-la no coração do homem [...]” (Bosi, 1977, p. 154).

Recebido para publicação em julho/1996

SILVA, Franklin Leopoldo e. The ethic dimension of the word. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2): 53-66, october 1996.

UNITERMS:

**word,
value,
knowledge,
resistance,
Il postino.**

ABSTRACT: In a world marked by violence and axiological dissolution, can Word still be good for the individual ethic constitution, as self-knowledge and knowledge of another? This is the question considered by this paper, in which we comment some views of the film *Il postino*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. (1944) *Arte retórica*. I e II. Paris, Éditions Voilquin et Capelle. Paris, Garnier.
- BOSI, Alfredo. (1977) *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo, Cultrix/Edusp.
- LIMA, Waldecy Tenório de. (1955) *A bailarina andaluza - A lucidez, a esperança e o sagrado na poesia de João Cabral*. São Paulo. Tese (Doutorado). Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- NUNES, Benedito. (1989) *O drama da linguagem - uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo, Ática.
- RICOEUR, Paul. (1995) *Violência e linguagem*. In: _____. *Leituras I - em torno ao político*. São Paulo, Loyola.